

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

COMPREENDENDO O CYBERBULLYING..... 13

Allex Amorim

1. A origem	13
2. A transformação	15
3. Impactos e consequências	16
4. Educação digital	17
5. Apoio psicológico	20
6. Engajamento dos pais	20
7. Estudos de caso	21
8. Estudos de superação	23
9. Legislação nacional.....	24
10. Referências.....	26

CAPÍTULO 2

O PERFIL DO AGRESSOR E DA VÍTIMA..... 27

Patrícia Soares Godoy

1. Desenvolvimento do tema	27
2. Referências bibliográficas.....	39

CAPÍTULO 3

AS CONSEQUÊNCIAS DO CYBERBULLYING 41

Felipe Gonçalves Martins

1. Considerações iniciais	41
2. <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i>	42
3. Criminalização da conduta	44
3.1. A Responsabilidade das Plataformas sob a Lei nº 15.211/2025	46
4. Crianças e adolescentes e a prática de ato infracional	46
5. Consequências	48
6. Considerações finais	53
7. Referências.....	54

CAPÍTULO 4

INTERVINDO EM CASOS DE CYBERBULLYING 57

Felipe Gonçalves Martins

1. Considerações iniciais.....	57
2. Prevenção.....	60
3. Intervenção: o novo protocolo do eca digital.....	62
4. Considerações finais	64
Referências	66

CAPÍTULO 5

LEGISLAÇÃO E POLÍTICA CONTRA O CYBERBULLYING..... 67

Ana Luiza Canavarros Caldart

Denize dos Santos Ortiz

1. Introdução.....	68
2. Legislação de combate ao <i>cyberbullying</i>	69
2.1. O Novo Paradigma Regulatório: A Lei nº 15.211/2025 (Lei Fel- ca).....	77
3. Política de combate ao <i>cyberbullying</i>	78
4. Considerações finais	86
5. Referências bibliográficas.....	86

CAPÍTULO 6

RECURSOS E APOIO PARA VÍTIMAS DE CYBERBULLYING: UMA ANÁLISE ABRANGENTE 87

Denize dos Santos Ortiz

1. Introdução.....	87
2. <i>Cyberbullying</i> e seus impactos.....	89
3. Intervenções psicológicas	92
3.1. Apoio social.....	93
3.2. Apoio legal.....	94
3.3. Estruturas de apoio	94
3.4. Desafios e oportunidades	95
4. Formas de prevenção	95
5. Iniciativas brasileiras	100
6. Considerações finais	102
7. Referências bibliográficas.....	103

CAPÍTULO 7

CYBERBULLYING: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DIGITAL..... 105

Joaquim Leitão Júnior

Pedro Henrique Gomes Alonso

1. Introdução.....	106
2. Definição de cultura digital positiva.....	107
3. Educação digital e cultura positiva.....	108
4. Programas educativos: exemplos de programas e currículos que promovem a empatia digital	109
5. Capacitação: treinamento para professores e pais sobre práticas positivas.....	113
6. Campanhas de conscientização: campanhas que tiveram sucesso em promover respeito e inclusão e de engajamento com métodos para envolver a comunidade (escolas, famílias, empresas).....	114
7. Ferramentas e práticas de empatia.....	116
8. Tecnologias: ferramentas que incentivam comportamentos positivos....	116
9. Práticas: recomendações para comportamentos digitais positivos	117
10. Diferenças entre o <i>cyberbullying</i> e o <i>bullying</i>	118

11. Rede de enfrentamento ou rede de proteção contra o <i>cyberbullying</i> e o <i>bullying</i>	118
12. O Estatuto da Criança e do Adolescente como ferramenta útil em face do <i>cyberbullying</i> e o <i>bullying</i>	119
13. O <i>cyberbullying</i> e o <i>bullying</i> no âmbito criminal	120
13.1. Conduta típica	121
13.2. Sujeitos	122
13.3. Elementos subjetivo	122
13.4. Consumação e tentativa	122
13.5. Benefícios	123
13.6. Ação penal	123
14. Necessidade de criação de protocolo para as investigações policiais no <i>cyberbullying</i> e o <i>bullying</i>	123
15. Educação e cultura digital	125
16. Importância da empatia e do respeito mútuo <i>online</i>	125
17. Estudos de caso de iniciativas bem-sucedidas: projetos que criaram ambientes digitais mais positivos e análise das lições aprendidas e impacto dessas iniciativas	126
18. Das considerações finais	129
19. Referências bibliográficas	130

Capítulo 8

CYBERBULLYING E EDUCAÇÃO DIGITAL	131
---	-----

Higor Vinicius Nogueira Jorge

1. Introdução: a nova era da tutela digital	132
2. <i>Bullying</i> e <i>Cyberbullying</i> : definições legais e sociológicas	133
3. <i>Cyberbullying</i> e a nova tipicidade penal (lei 14.811/2024)	134
3.1. O Crime de Intimidação Sistemática Virtual (Art. 146-A, Parágrafo Único)	134
3.2. A Hediondez nos Crimes Conexos	134
4. A Lei nº 15.211/2025 (Lei Felca) e o combate à adultização digital	135
4.1. O Fim da Adultização e Sexualização Precoce	135
4.2. Dever de Cuidado (Duty of Care) e Design Seguro	136
5. Efeitos civis: a tríplice responsabilidade	136
5.1. Responsabilidade Parental	136

5.2. Responsabilidade das Instituições de Ensino (<i>Compliance</i> Escolar)	136
5.3. Responsabilidade Civil das Plataformas Digitais.....	137
6. Educação digital como política de estado	137
6.1. Do “Netiqueta” ao Letramento Digital Crítico	137
6.2. O Papel dos Municípios e Estados.....	138
7. Protocolo de ação: como a vítima deve proceder	138